

Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável

Gilson Batista de Oliveira*
José Edmilson de Souza Lima**

“Uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras” (Lester Brown, do Worldwatch Institute).

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena, isto é, estudar os fatores internos à região capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade. Para tanto, simultaneamente revisa e aproxima abordagens das ciências econômicas de aportes construídos a partir das ciências socioambientais, apresentando novas pistas analíticas e interdisciplinares para a dimensão econômica das experiências associativas humanas. Conclui que as variáveis endógenas, por definição, são as socioculturais, logo, não podem ser negligenciadas nas políticas de desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; forças endógenas do desenvolvimento; políticas de desenvolvimento.

Abstract

This article aims to argue the regional development from an endogenous perspective, that is, to study the internal factors, within a region, that are capable of transforming an external impulse of economic growth into development for all the society. Simultaneously, it reviews and brings closer approaches to the economic sciences built from socio-environmental sciences, presenting new analytical and interdisciplinary clues for the economic dimensions of the human associative experiences. It concludes that the principal endogenous variables are the socio-cultural variables, thus it cannot be overlooked during the socio-economic policy of development.

Key-words: regional development; endogenous forces of the development; policy of the development.

* Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da FAE Business School. E-mail: gilsono@fae.edu
** Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da FAE Business School. E-mail: edmilson@bbs2.sul.com.br

Introdução

As teorias clássicas a respeito do desenvolvimento regional, geralmente, denotam a idéia da existência de uma força motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, por meio de encadeamentos (*linkages effects*), as demais atividades econômicas. Em linhas gerais, é o conhecido paradigma “centro-abaxo” devido à presença de forças impulsoras advindas das regiões centrais. Nesta definição enquadram-se a Teoria da Base de Exportação, a Teoria da Difusão e a Teoria do Pólo de Crescimento.

A Teoria da Base de Exportação considera as exportações como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento. O crescimento nesta teoria depende da dinamicidade das atividades econômicas básicas que, por sua vez, incentivam o desenvolvimento de atividades complementares. As atividades básicas vendem seus produtos em outras regiões, sendo, portanto, a força motriz da economia. As atividades complementares dão suporte às atividades básicas (NORTH, 1977).

Na Teoria da Difusão, o desenvolvimento se dá com a industrialização e com a concentração das atividades em reduzido número de grandes centros urbanos de onde são irradiados efeitos, ou melhor, encadeamentos capazes de dinamizar a economia das demais regiões.

A idéia de força motriz também está presente no trabalho de François Perroux (1967). Na sua obra, o autor desenvolve a Teoria dos Pólos de Crescimento. Nesta teoria a inserção de uma atividade motriz, geralmente indústria, dentro de um sistema regional suscitará efeitos positivos e negativos à região receptora. À medida que tais efeitos vão se concentrando, a atividade motriz se tornará um pólo propulsor

da economia da região. O desenvolvimento dependerá do nível e da qualidade dos efeitos positivos e negativos¹.

Essas teorias tradicionais, porque não dizer clássicas, que valorizam de sobremaneira uma força externa (exógena) a se instalar na região para desencadear o processo de desenvolvimento, fazem parte do paradigma “centro-abaxo”.

São as teorias clássicas que servem de suporte às políticas econômicas que excluem setores fundamentais da sociedade local, em particular, e da sociedade civil, em geral. Em termos mais simples, o paradigma “centro-abaxo” informa a arrogância da tecnocracia, uma vez que confia mais em seus cálculos cartesianos que nos anseios das populações. A rigor, são as teorias que ressuscitam as imagens construídas pelos europeus quando chegaram nas Américas. As imagens do instruído e “bom civilizado” contra o ignorante “mau selvagem” (LAPLANTINE, 1989). Nas entrelinhas das teorias tradicionais está presente a visão dos primeiros europeus, a de que as populações locais não têm nada a dizer ou a ensiná-los, apenas devem ser “catequizadas”, tais como foram os nativos americanos no início das grandes navegações.

Este artigo procura analisar o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena, isto é, dando ênfase nos fatores internos à região capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade. É o chamado paradigma “desde baixo”.

Neste outro paradigma há uma inversão de perspectiva. Ao valorizar os fatores internos ou endógenos, as políticas econômicas partem de

¹ Desta forma, torna-se mister promover efeitos positivos sob pena de conduzir a economia regional a uma situação de enclave caso haja concentração de efeitos negativos.

outro pressuposto, o de que o “outro” – no caso, as populações locais – precisa ser ouvido. O predomínio do “bom selvagem” sobre o “mau civilizado” dá espaço para novos diálogos e novas perspectivas de emancipação não apenas para alguns iluminados, mas para parcelas maiores da sociedade. O paradigma “desde baixo”, ao invés de negar espaços para a subjetividade dos moradores locais, tende a ampliá-los de maneira inelutável.

desenvolvimento pleno das potencialidades e habilidades humanas da sociedade local.

Pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento

1 O desenvolvimento regional com participação das forças endógenas

Pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p.40)

A compreensão das características e do conceito de desenvolvimento facilita a elaboração e implementação de um plano de desenvolvimento das regiões.

1.1 O paradigma desde baixo

Para Sthor e Taylor (1981), o desenvolvimento centrado na idéia de baixo para cima ou o paradigma desde baixo tem como foco o

O paradigma de desenvolvimento centrado na perspectiva de baixo para cima requer para sua construção, segundo Lima Andrade (1997, p.19-20):

[...] critérios alternativos de destinação de fatores, substituindo o princípio de máxima rentabilidade, pelo de mobilização integral de recursos; critérios alternativos de intercâmbio de produtos, substituindo o princípio predominante de vantagens comparativas, pelo de benefícios obtidos pelo comércio; formas específicas de organização social e econômica (desenvolvimento rural e de aldeias, uso de tecnologias intensivas em mão-de-obra através de projetos pequenos e medianos) com destaque para a organização territorial e; uma mudança no conceito de desenvolvimento, que abranja metas sociais mais amplas, com uma motivação endógena.

Dentro dessa perspectiva, Sthor e Taylor (1981), citados no trabalho de Lima Andrade (1997), levantam quatro hipóteses essenciais que norteiam o paradigma do desenvolvimento desde baixo:

- a) as disparidades regionais são consequências negativas de uma integração econômica de grande escala, executadas sem preparação suficiente;
- b) o conceito de desenvolvimento não deve subordinar-se a pressões de curto prazo de um mecanismo de mercado, ou de

influências externas, devendo obedecer às especificidades locais de natureza cultural e institucional;

- c) o impulso da formulação e execução do desenvolvimento deve ser originado das respectivas comunidades, descartando a idéia de que as comunidades de pequena escala só podem atingir o desenvolvimento por intermédio de outras regiões de maior nível de desenvolvimento;
- d) necessidade de uma maior autodeterminação nacional e regional.

Este paradigma aponta a necessidade de as políticas macroeconômicas privilegiarem os elementos locais para promover o desenvolvimento, visando ao aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região.

O paradigma apoiado no princípio “desde baixo” está em plena sintonia com as teses de Sachs (1986, 1988 e 1994) acerca do “ecodesenvolvimento” ou do “desenvolvimento sustentável” (BROWN; 1999 e 2000; BENJAMIN, 1993; CAPRA, 1996). Para Sachs, por exemplo, as estratégias de transição para o desenvolvimento no século XXI, para serem eficazes, devem estar balizadas pelas cinco dimensões do ecodesenvolvimento:

- a) sustentabilidade social – visando à distribuição de renda e de bens (oportunidades) com propósitos de reduzir o abismo entre ricos e pobres;
- b) sustentabilidade econômica – a eficiência econômica avaliada em termos macrosociais, não em termos microeconômicos ou empresariais;
- c) sustentabilidade ecológica – chamada por Vieira (1995 e 1998) e outros autores de “prudência ecológica”, pressupõe novas e criativas formas de intervenção do indivíduo humano na natureza com níveis

mínimos de abuso ou parasitismo. Há de se lembrar de que não se trata da não utilização ou apropriação dos recursos naturais, mas de formas menos abusivas tanto em termos econômicos quanto socioambientais;

- d) sustentabilidade espacial – equilíbrio rural-urbano. Evitar os impactos negativos da hiperurbanização (BERGAMASCO, SALLES e NORDER, 1995), priorizando novas formas de civilização, baseadas no uso sustentável de recursos renováveis não apenas possível, mas essencial;
- e) sustentabilidade cultural – que é a dimensão capaz de respeitar e estimular as diferenças, os valores e saberes locais de cada população. Por meio desta dimensão estratégica é possível intensificar o diálogo franco entre as partes para, a partir deste, elaborar e operacionalizar as possíveis políticas de desenvolvimento. Realizadas estas etapas, é possível falar em paradigma “desde baixo” ou em “ecodesenvolvimento”.

1.2 A interdependência do processo de desenvolvimento regional

Boisier (1989, p601) sugere que para entender o processo de desenvolvimento regional deve-se dar uma atenção

especial a um conjunto de elementos – macroparâmetros – que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico.

A proposta do autor não substitui, mas complementa as teorias atuais sobre o

desenvolvimento econômico regional², que na sua maioria enfatizam, apenas e tão-somente, a dinâmica do crescimento em uma preocupação única de responder ao “como” e não ao “por que” da ocorrência do desenvolvimento. Para ele,

[...] o processo de crescimento econômico regional pode ser considerado [...] como essencialmente originado em forças e mecanismos exógenos à região; depende principalmente (mas não exclusivamente) do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena (BOISIER, 1989, p.616).

No longo prazo, o desenvolvimento de uma região³ pode ser explicado como resultado da interação de três forças: alocação de recursos, política econômica e ativação social. Essas forças mantêm relação de interdependência recíproca, ou seja, mantêm relações de retroalimentação. A figura 1 retrata bem esta relação.



FIGURA 1 - FUNÇÕES, DIMENSÕES E RETROALIMENTAÇÃO NO PLANEJAMENTO REGIONAL

FONTE: BOISIER (1989)

Na primeira força, o desenvolvimento está associado à disponibilidade de recursos disponíveis. Depende da participação regional no uso dos recursos nacionais e estaduais. Este fator tem

a ver com o processo de alocação inter-regional dos recursos e relaciona as decisões que pertencem ao âmbito exclusivamente controlado pelo Estado. E, por assim dizer, é essencialmente exógeno à região e tem características predominantemente centralizadas.

A segunda força está relacionada aos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais, isto é, depende da ação do governo central, que pode afetar positiva ou negativamente a região. A política econômica pode agir como coadjuvante do processo de crescimento econômico, indo na mesma direção ou pode ir na direção oposta e freá-lo. Semelhante ao processo anterior, essa força depende de decisões iniciais tomadas pelo Estado, que é exógena à região.

Por último, mas não menos importante, o desenvolvimento regional depende da ativação social da população local, quer dizer, da capacidade de a região criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais, capaz de direcionar o crescimento, desencadeado por forças exógenas, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra. Essa terceira força, ao contrário das duas primeiras, é completamente endógena e está associada: ao aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida); e à preservação do meio ambiente.

² Nas palavras de Boisier (1989, p.567): “Dificilmente um enfoque, por mais radical que seja, poderá abandonar totalmente o arsenal teórico até então utilizado”.

³ As regiões na análise de Boisier (1989) são expressões territoriais de grupos sociais com história, consciência e expressão política, em outros termos, não são objetos e sim sujeitos do processo de planejamento.

Com o predomínio da racionalidade econômica, como expressão máxima do sistema mundial e produtor de mercadorias (KURZ, 1992), o capitalismo, a variável social tende a ser negligenciada, a ponto de aparecer nas políticas econômicas tradicionais – de “cima para baixo” – apenas como “notas de rodapé”. Sendo ela uma variável fundamentalmente endógena, é evidente que sua marginalização, consciente ou não, é decisiva para explicar o sucesso ou o fracasso das intervenções. Mais uma vez, ao desconsiderar os “saberes locais ou do outro” (LEFF, 2001), a intervenção, por melhor intencionada que seja, tende a romper um dos pressupostos básicos da interação entre sistemas vivos, a possibilidade objetiva de realização da “simbiose”. Na formulação de Serres (1991 e 1999), a tendência natural de qualquer sistema vivo é estar em simbiose com seu entorno. Quando, ao contrário, suas intervenções no entorno não são simbióticas, a relação é claramente abusiva para as duas dimensões. Em outros termos, o que Serres está tentando transmitir é que quando a política econômica não é suficientemente humilde e, portanto, sábia para escutar e sentir atentamente as razões das populações locais, desencadeia todos os tipos de desordens e desequilíbrios latentes ou deliberados. Os resultados todos nós sabemos. Ao invés de ecodesenvolvimento, que pressupõe inclusão, reforçam-se mecanismos de exclusão da sociedade. Sendo assim, do ponto de vista social, faz pouco sentido falar em políticas econômicas distanciadas dos legítimos interesses das populações locais.

2 O caso da Vila Pantanal

O distanciamento entre vontade popular e vontade política dos governantes fica explicitado em áreas de ocupação irregulares, principalmente em áreas de proteção ambiental. Nestes cenários, o interesse

tradicional dos governos coincide com os interesses das elites: expulsar os intrusos por meio da urbanização. A crença é de que os moradores do local, sem ser ouvidos, estão “naturalmente” dispostos a aceitar a urbanização da área porque “querem progredir”. Trata-se da ressurreição da antiga idéia de “progresso”, trazida pelos europeus no início do primeiro sistema colonial direcionado para as Américas. A urbanização, na visão exógena e etnocêntrica das elites e dos governantes que as representam, aparece como universalmente válida para os moradores. Acredita-se também que a urbanização proporcionará desenvolvimento e felicidade para os moradores do local.

Estudo recente (SOUZA-LIMA, 2002), realizado junto aos moradores da Vila Pantanal – lado sul de Curitiba – revela um repertório de contradições e complexidades que uma política exógena é incapaz de captar⁴.

Nos depoimentos de Ana – uma das entrevistadas – há um misto de otimismo balizado pela sua extraordinária capacidade de liderança. Isto se revelou desde a forma alegre como ela recebeu o grupo de pesquisadores, até sua visão afirmativa diante da vida. Sem desprezar os infinitos obstáculos, pois sabe que sua experiência representa um caso típico de exclusão social, ela não descuida da crença na possibilidade objetiva de “melhorar” o bairro.

A relação de Ana com o ambiente físico não é de veneração. Além de não considerar o Rio Iguazu uma ameaça concreta para os ocupantes das subáreas de alto risco, ela tende a banalizar a ação agressiva dos moradores sobre o ambiente físico. Ao descrever e mostrar o local onde está

⁴ Embora Curitiba esteja visivelmente comprometida com a pauta de ações da Agenda 21, as áreas periféricas, distantes dos pontos turísticos, ainda necessitam de um projeto de desenvolvimento que incorpore os fatores e atores locais. Não basta discurso, tem-se que realizar ações efetivas.

sua casa, não demonstrou preocupação com a preservação ambiental. Como disse:

Se você for aqui na casa de trás, umas três ou quatro casas prá cá, [...], você vai ficar balançando. A terra é fofa. Ali tem muita raiz e foi jogado muito lixo. Inclusive garrafas de plástico fechadas. Garrafa de plástico não dilui.

Provavelmente, a pouca sensibilidade de Ana no que tange à preservação ambiental está relacionada à necessidade de sobreviver não apenas às ameaças naturais advindas do sistema Natureza, mas principalmente às agressões perenes do sistema Sociedade, traduzidas em formas diversas de exclusão. O desprezo em relação aos temas ambientais pode ser interpretado como uma simples súplica ao principal responsável, o sistema político, como um dos componentes do sistema Sociedade.

A fala de Geralda – outra entrevistada – por sua vez, simboliza um dos graus mais elevados de seqüestro da dignidade humana. Acostumada, dada sua história de vida, a sobreviver à margem de tudo que se possa definir abstratamente como cidadania, predomina em sua percepção aquilo que Dejours (2000) caracteriza como “banalização da injustiça e do sofrimento”. Diante da ameaça de inundação, sua resposta foi muito singela, além de marcada por um incômodo conformismo: “[...] inundou uma vez, mas dava prá andar”.

O estágio de banalização da injustiça e do sofrimento, apesar de elevado, não elimina totalmente sua percepção “crítica” diante do sistema Sociedade. Ao ser indagada se está morando em local adequado, Geralda não escondeu sua tímida revolta:

Eu acho que não [...], mas não tenho condições de ter outro lugar, não tenho condições de ter um terreno, pois não posso comprar. Se eu sair daqui... aluguel. Eu não estou trabalhando. Só tem um filho trabalhando. Meu marido cata papel. Papel dá *mormente* prá comer. E vamos levando a vida.

Percebe-se que os assentados são duplamente ameaçados. Primeiro, pelo sistema Natureza com sua lógica própria de funcionamento, que independe dos seres humanos que estão em seu entorno. Segundo, pelo sistema Sociedade que, além de lhes negar espaço para sua auto-realização, tende a acusá-los de culpados pela degradação não apenas do ambiente físico, mas também dos ambientes construídos socialmente.

A compreensão da dupla ameaça aparece mais nitidamente na fala de Carminha – outra entrevistada –, embora fique evidente que seu temor é maior ante o sistema Sociedade que ao sistema Natureza. Diante da mesma pergunta sobre a adequação do local para morar, sua resposta foi iniciada com um incisivo e contundente:

Não. Só que para nós pobres é o único local. Pagar aluguel é caro. Prá nós que temos cavalos, como morar num bairro residencial? Por causa do mau cheiro do cavalo, que ele traz mesmo, ninguém vai alugar casa prá nós, né? Comprar um terreno em outro lugar ninguém tem condições. Ou é aqui ou Santa Cândida [região ao Norte de Curitiba, fronteira com o Município de Colombo, que ainda preserva muitos sítios e chácaras]. Tem esses dois lugares. Nas outras invasões também. Tem lugar que [...] é pior do que o nosso.

As possíveis ameaças de inundações ou quaisquer outras catástrofes ambientais são minoradas quando comparadas às ameaças oriundas do sistema Sociedade. Ao ser questionada sobre a possibilidade de melhora do bairro com o Plano de Urbanização, Carminha apresentou respostas inusitadas para uma pessoa que, em geral, é subestimada:

Sabe o que eu acho que vai acontecer? Que eles vão remedir ali. Vamos supor que eu paguei R\$ 3.000,00 no terreno e na casa, porque tem muitas casas desse tipo. Eles vão vir e vão cobrar uma coisa que eu já sofri prá [...] pagar. Eles vão cobrar tudo de novo, vou ficar 25 anos, que não tenho saúde, nem vida prá isso e vão cobrar 25 anos de uma coisa que vai ficar tudo na mesma porcaria. Eles querem é encher o bolso deles [...]. Eles vão cercar,

vão botar um palanque, um aqui, outro ali mais bonitinho que os nossos e vão cobrar 25 anos de uma coisa que nós já pagamos e já passamos até fome prá pagar [...]. Isso é um meio de ganhar dinheiro. [...] Tinha uma época que eles faziam umas duas pecinhas [...] que se você tivesse condição de aumentar, daí eles faziam um plano conforme você podia pagar. Só que [agora] eles vão fazer um plano que você não vai poder pagar, vai acabar todo mundo se mudando daqui por falta de pagamento, porque se você não pagar, daí eles vão querer fazer leilão, prá tirar [sua casa].

Em outro trecho, ela chega a admitir que o Plano de Urbanização para a Vila Pantanal é uma estratégia para expulsá-los de lá. Perguntou-se o porquê e ela respondeu:

Por causa do preço. É porque tem muitos aqui que vivem do papel. Nós saímos cedo, se nós formos vender no dia, dá R\$ 8,00 a R\$ 10,00. Soma isso por mês prá ver se alguém vai ter condições de pagar isso aí? Não vai ter. Isso aqui já foi pago. O pessoal já sofreu prá pagar e cada um que tá aqui, todo mundo comprou.

A principal inferência a ser feita dos depoimentos de Carminha é que, em momento algum, ela demonstrou temor diante das possíveis agressões do sistema Natureza. Não se pode sustentar a mesma afirmação em relação ao sistema Sociedade, pois está mais do que claro que, para ela, a maior ameaça deriva do sistema Sociedade. É este último o principal responsável pela sua desgraça.

Os depoimentos revelam quão importante é a variável social em qualquer plano de intervenção econômica, política e socioambiental. E é importante ressaltar que a importância da variável social merece destaque porque se trata de uma dimensão fundamentalmente endógena. O estudo revelou que intervir sem escutar os moradores do local, sem considerar os elementos endógenos, implica não reduzir, mas aumentar e intensificar o processo perverso de exclusão social.

Considerações finais

O desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos locais. A organização da sociedade local pode transformar o crescimento advindo dos desígnios centrais em efeitos positivos, ou melhor, em desenvolvimento para a região.

A região não pode ser vista apenas como um fator geográfico, mas como um ator social, como elemento vivo, do processo de planejamento. O Estado é quem estabelece as regras do jogo e a região é a parte negociadora, que deve se inserir nos mecanismos de decisão para fazer acordos, transações, dirimir conflitos, por fim, deve ter a capacidade de transformar o impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento com inclusão social (STHOR e TAYLOR, 1981; BOISIER, 1989; LIMA ANDRADE, 1997).

A solução dos problemas regionais e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida demandam o fortalecimento da sociedade e das instituições locais, pois são estas que transformarão o impulso externo de crescimento em desenvolvimento.

Portanto, falar em desenvolvimento significa falar em diálogo permanente, em participação efetiva das sociedades locais, pois, caso contrário, estar-se-á sempre reproduzindo as imagens perversas do “bom civilizado” parasitando o “mau selvagem”. É fundamental ressaltar que nenhuma ajuda verdadeira pode retirar ou negar a dignidade do ajudado. A ajuda emancipatória precisa ampliar a capacidade do ajudado criar e elevar sua auto-estima. Para que isto se efetive, é necessário aprendermos, conforme a epígrafe do presente texto: “[...] uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras” (LESTER BROWN, do Worldwatch Institute).

Referências

- BENJAMIN, César. **Diálogo sobre ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; SALLES, Julieta Teresa Aier; NORDER, Luiz Antonio Cabello. L'Université et la (re)construction socio-environnementale dans les assentamentos de travailleurs ruraux sans terre. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p.93-107, 1995.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.
- BROWN, Lester. **Entrevista concedida ao Programa Roda Viva**, TV Cultura, São Paulo, 1999.
- BROWN, Lester. **Estado do mundo, 2000**. Salvador : UMA Ed., 2000.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo : Cultrix, 1996.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 244p.
- LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo : Cortez, 2001.
- LIMA ANDRADE, J. R. **Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional: o turismo no Estado de Sergipe**. Curitiba, 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
- NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.
- PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p.47-62, 1994.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. **Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir: o caso do Brasil**. Brasília, 1988. Relatório de introdução ao Seminário Internacional organizado pelo CENDEC, em Brasília, 23 a 25 de agosto, 1988.
- SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1991. 142p.
- SERRES, Michel. **Entrevista ao Programa Roda Viva**. TV Cultura, São Paulo, 1999.
- SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Relação sociedade/natureza na Vila Pantanal: conflitos e percepções**. Curitiba, 2002. Texto apresentado ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.
- STHOR, W. B.; TAYLOR, D. R. **Development from above or below? The dialectics of regional planning in development countries**. New York: John Willey and Sons, 1981.
- VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: MEIO AMBIENTE, Desenvolvimento & Cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez/Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- VIEIRA, Paulo Freire. Social sciences and environment in Brazil: a state-of-the-art report. **Working Papers**, n.24, 1998, UNESCO.

